Introdução

Jani Alves da Silva Moreira
Angela Mara de Barros Lara

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MOREIRA, JAS., and LARA, AMB. *Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001)* [online]. Maringá: Eduem, 2012. Introdução. pp. 23-27. ISBN 978-85-7628-585-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

INTRODUÇÃO

O foco das análises apresentadas neste livro são as políticas públicas para a Educação Infantil veiculadas nos artigos de duas revistas dirigidas aos profissionais dessa área da Educação: a Revista Nova Escola (Editora Abril) a Revista Criança (MEC) publicadas no período de 1990 a 2001. O objetivo é mostrar os processos socioeconômicos e políticos que determinaram as políticas públicas educacionais retratadas nesses textos e suas conexões para sua implementação e efetivação na gestão educacional da Educação Infantil no Brasil.

O problema a ser investigado consistiu em compreender como se deu o processo de implementação das políticas públicas para a Educação Infantil e como os discursos publicados nas duas revistas foram apresentados para os profissionais dessa área. Desse modo, evidenciou-se o que representaria, no contexto socioeconômico-político neoliberal, essa forma discursiva de divulgar as políticas educacionais e ao mesmo tempo colaborar para a sua efetivação.

Os pressupostos das análises aqui realizadas estão pautados nos fundamentos teórico-metodológicos da teoria marxiana e nas categorias bakhtinianas propostas na Teoria da Linguagem, as quais fornecem subsídios para evidenciar os vínculos entre as políticas retratadas nas citadas revistas. Fez-se, então, necessário, nesse cenário político-econômico, inserir o problema no debate sobre os processos de construção e implementação das políticas

públicas para a Educação Infantil. Para a abordagem do objeto estudado, priorizou-se a compreensão do contexto histórico de sua produção; por isso se estabeleceu a mediação entre a problemática tratada e a dinâmica do desenvolvimento capitalista em sua atual fase de desenvolvimento, a da mundialização do capital, com vistas a entender a centralidade da Educação Básica, as prioridades estratégicas de inspiração neoliberal, a reforma do Estado e o papel deste na educação.

Nesta análise, a sociedade deve ser compreendida em sua totalidade, ou seja, a partir do modo de produção, de como os homens organizam historicamente e socialmente a sua vida material, pois é por meio dessa organização econômica que se concretizam a política, a cultura e a ideologia. Desta forma, a Educação Infantil e as políticas públicas educacionais são retratadas em um contexto mundializado, de forma que estas influenciam todos os setores da sociedade. Diante deste contexto, essas mesmas políticas se adaptam ao novo modelo de acumulação de capital.

O estudo desenvolvido neste livro resultou da pesquisa documental e de análise de conteúdo, contida na dissertação do mestrado em Educação de Jani Alves da Silva Moreira, sob a orientação de Angela Mara de Barros Lara, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (2004-2006), e está estruturado em três partes.

A primeira parte trata da construção da fundamentação teórica que subsidia as análises desenvolvidas nas relações sociais de trabalho, bem como do cenário histórico-econômico no qual o objeto de pesquisa está inserido e da discussão a respeito das influências do neoliberalismo e da mundialização do capital

INTRODUÇÃO

sobre a reforma do Estado no tocante à Educação e às políticas educacionais.

Na segunda parte são analisadas as políticas públicas para a Educação Infantil implementadas no Brasil a partir da década de 1990 inseridas no contexto das reformas educacionais. Com isto se busca compreender os pressupostos históricos da Educação Infantil na dinâmica do desenvolvimento capitalista, a fim de evidenciar as políticas educacionais geradas no âmbito internacional e concretizadas no âmbito nacional.

Nessa abordagem são analisados os documentos internacionais da Unesco, da CEPAL, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, além dos documentos oficiais do MEC que regulamentam a Educação Infantil. São também apresentadas as principais políticas educacionais e as controvérsias sobre a legislação³, tendo-se como foco a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei N.º 8.069/90), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9394/96, o Plano Nacional de Educação – (PNE), o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil – (RCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Considera-se que essas leis e documentos compõem o quadro das políticas públicas educacionais para a Educação Infantil a partir da década de 1990

3 Nesta obra apresentamos a política para a Educação Infantil no período de 1990 a 2000. Após esse período houve mudanças na legislação o ocorreram modificações no financiamento da Educação, com a Emenda Constitucional N.º 53/2006, a Lei 11.494, de 2007, e a Lei N.º 11.274/2006, que estabeleceu o Ensino Fundamental de nove anos, iniciando aos 6 anos de idade, e ainda a publicação de documentos do MEC que discutiram a política na Educação Infantil e a qualidade, tais como: Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos da crianças de zero a seis anos à Educação (BRASIL, 2006a), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006b), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006c).

até 2001, formando um conjunto de mecanismos reguladores desse contexto social, ligados ao modo de produção.

Para a realização de uma análise cuidadosa das categorias políticas presentes nas enunciações dos artigos selecionados nas duas revistas dirigidas aos professores da Educação Infantil, as enunciações foram consideradas um fenômeno ideológico. As formas do conjunto de enunciações são unidades reais na cadeia verbal, um fenômeno puramente sociológico. A enunciação é uma realidade da linguagem de estrutura socioideológica que na forma escrita tem um fim específico ao transmitir o discurso a uma terceira pessoa, de modo a reforçar a influência das forças sociais sobre o modo como esse discurso, e neste caso, o discurso político, é apreendido (BAKHTIN, 1988).

A última parte apresenta o processo de elaboração da pesquisa referente às análises nas revistas dirigidas aos profissionais da Educação Infantil. Foram escolhidas as duas revistas já mencionadas por serem as mais veiculadas e as que melhor retrataram esse contexto político educacional a partir da década de 1990 no âmbito do professorado. Os materiais e métodos utilizados, assim como as estruturas das revistas, foram analisados nessa parte, no qual se apresentam um panorama de sua veiculação e publicação e também informações relevantes sobre o público que lê os artigos veiculados. Nele também se procura compreender como os textos da Revista Criança e da Revista Nova Escola sugerem e apresentam o contexto político-educacional da Educação Infantil na década de 1990.

Ao término da pesquisa evidenciou-se que o texto veiculado nas revistas representaram o registro de valores contraditórios da luta de classes. É o texto como discurso que significa e propõe algo que é determinado pelo contexto

INTRODUÇÃO

histórico, social e cultural; por conseguinte, o texto é dialógico, é discurso que se molda à forma do enunciado (oral ou escrita), ou seja, pertence a um sujeito (classe) que comunica e não pode existir fora desse modelo (BAKHTIN, 1988). As enunciações reforçam as orientações das agências internacionais e fornecem a base teórica para a implantação das políticas neoliberais na Educação. As categorias políticas enunciadas nos textos só podem ser elucidadas com a compreensão do contexto macro, real e contraditório, no qual a temática está engendrada.